

A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO SOBRE OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: TRANSIÇÃO DE PODER, CENÁRIO E AGENTES

Pedro Luiz Volkweis Filho¹

Arlene Anélia Renk²

RESUMO

A modernidade e seus atores brindaram a humanidade com o controle sobre a energia elétrica, tornando-a um bem indispensável na vida contemporânea. As noites se tornaram vivas, bem como os aparelhos movidos pela eletricidade tornam a vida humana na Terra mais confortável, o que em contrapartida estabeleceu um complexo quadro de dependência das sociedades por formas de manter a oferta estável. As obras para geração de eletricidade em possuem diversas dimensões, o que afeta na mesma proporção o ambiente e a sociedade onde são implantadas. No caso das hidrelétricas, construídas no leito de um rio, normalmente suas margens são povoadas. Assim, pela necessidade de deslocamento das pessoas atingidas pela obra, costuma-se envolver neste cenário diversos agentes, dentre os quais se destacam os atingidos pela obra e os empreendedores, que ao longo da história são representados por diferentes pessoas. A proposta deste estudo é, inicialmente, conceituar os dois citados agentes envolvidos nos conflitos por construções de hidrelétricas no país e averiguar a transformação ocorrida nestes pelo fenômeno do neoliberalismo, bem como analisar a transição do poder de controle sobre os empreendimentos hidrelétricos.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Conflitos socioambientais, Atingidos por barragens.

ABSTRACT

The modernity and its actors gave to humanity control over electricity, making it an indispensable asset in contemporary life. Evenings became alive and equipments powered by electricity make the human life on earth more comfortable, which in turn established a complex dependency on societies for ways to maintain a stable energy supply. The buildings for electricity generation have many dimensions, which affects in the same proportion the environment and society where they are deployed. On hydroelectric dams, always built in the

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Graduado em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ (2014). Membro do grupo de pesquisa PIACE – Projeto Integrado do Ambiente Construído e Energia – da UNOCHAPECÓ.

² Doutora em Antropologia pela UFRJ. Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ.

bed of a river, their banks are usually populated. So, on the need for resettlement of affected people by the project, this scenario is engaged by several agents, which stand out those affected by the work and the entrepreneurs, who throughout history are represented by different people. Initially, this works conceptualize the two mentioned agents involved in conflicts by hydropower construction in the country and determine the transformation in these by neoliberalism, as well analyze the transition on hydroelectric projects control power.

Keywords: Neoliberalism, Social-environmental conflicts, affected by dams.

1. INTRODUÇÃO

A energia elétrica é um bem inseparável do homem nos dias atuais, tornando a convivência em sociedade mais viável, eis que proporciona incontáveis benefícios através dos mais variados inventos humanos.

Para atingir o fornecimento em um nível cada vez mais universal de energia elétrica, são demandadas projeções e construções de diversas obras para geração e distribuição de eletricidade. Estas obras são, normalmente, empreendimentos de larga escala, contudo a evolução dos meios de produção proporciona construções dos mais variados tamanhos.

Entre todas as opções já inventadas pelo homem, as hidrelétricas, que aproveitam a força da queda dos diversos rios presentes no planeta, são alternativas que garantem, do ponto de vista dos investidores e dos interessados no incremento da oferta de energia elétrica, uma alta capacidade de geração a um custo baixo e com um menor impacto ambiental imediato que as alternativas que utilizam combustíveis fósseis ou produzidos pelo homem.

Todavia, nas margens dos rios normalmente há povoamento humano, eis que oferecem uma forma de subsistência há muito aproveitada pelos habitantes deste mundo. Pelas decisões tomadas de forma unilateral e burocraticamente capitaneadas, sem ouvir as partes afetadas, constata-se o imperioso deslocamento compulsório das populações atingidas pela obra, surgem conflitos que envolvem as mais diversas demandas.

No Brasil, a preferência pelas hidrelétricas é um fato de longa história e este cenário é permeado por extensas e exaustivas batalhas entre as populações atingidas e os responsáveis pelo empreendimento. Este cenário, bem como os agentes que o protagonizam, sofreram profundas alterações conforme os eventos ocorridos no decurso histórico do país.

A proposta deste estudo, tendo por base a influência do neoliberalismo na sociedade brasileira, é, primeiramente, conceituar os dois citados agentes envolvidos nos conflitos por construções de hidrelétricas no país. Após, propõe-se o estudo averiguar a transformação

ocorrida no cenário e nos agentes pelo fenômeno do neoliberalismo, bem como analisar a transição do poder de controle sobre os empreendimentos hidrelétricos. Por último, busca-se em nível nacional e regional levantar alguns dos impactos desta transição sobre a sociedade, o cenário e os agentes dos empreendimentos hidrelétricos.

2. O CENÁRIO E OS AGENTES DOS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL

De forma inegável, a energia elétrica é um bem indispensável na vida contemporânea. Desde a iluminação das noites ao funcionamento de um sem-fim de aparatos utilizados pelo homem, a atual dependência deste pela energia elétrica a coloca como um importante fator de estabilidade e capacidade geral das nações, necessitando estas buscarem – à medida da necessidade de produção presente e futura – todas as formas possíveis de geração.

O Brasil, pela grande quantidade de rios que atravessam seu território, optou em caráter primário pela utilização das grandes bacias hidrográficas para a geração de energia elétrica através da força da gravidade, com a construção de hidrelétricas, alagando-se o leito de um rio pela construção de diques de contenção, para gerar energia elétrica através de turbinas e moto-geradores, que convertem a força gravitacional em energia cinética e, após, em energia elétrica, que é distribuída à população através de sistemas de distribuição por cabos.

Assim, os governos da história brasileira preconizaram pela implementação da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas, que, segundo as autoridades e profissionais do ramo de geração e distribuição, é uma forma de geração limpa e inesgotável, eis que, na geração em si, nenhum combustível fóssil é utilizado.

Estaticamente³, conforme os dados da ANEEL⁴, atualmente 64,76% (95.518 MW) da matriz energética produzida no Brasil⁵, na ordem 147.505 MW, é proveniente das forças dos rios. Para tanto, existem 1.225 empreendimentos hidrelétricos construídos e em operação,

³ Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm>. Acesso em 05/09/2016.

⁴ Agência Nacional de Energia Elétrica.

⁵ Conforme os dados presentes no site da ANEEL acima citado, atualmente o país importa energia elétrica de seus vizinhos nas seguintes razões: 5.650 MW do Paraguai, 2.250 MW da Argentina, 200 MW da Venezuela e 70 MW do Uruguai, o que totaliza uma capacidade de oferta “instalada” de 155.675 MW.

sendo 218 Usinas Hidrelétricas⁶ de Energia – UHE⁷, 448 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH e 559 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH⁸.

Dos empreendimentos em atual construção ou com projeção para futura edificação para a ampliação da oferta de energia elétrica – na ordem de 26.741 MW – 14,5% (3.884 MW) desse montante virá de 204 empreendimentos hidrelétricos, sendo 38 CGH, 153 PCH e 13 UHE⁹.

Tais dados prontamente mostram que o Estado Brasileiro possui alta dependência de sua matriz energética elétrica sob os empreendimentos hidrelétricos, bem como ainda se busca a expansão na geração de energia elétrica nesta fonte geradora.

2.1. DEFINIÇÃO DOS AGENTES

Os principais agentes envolvidos na construção de uma hidrelétrica, à primeira análise, são os atingidos pelo empreendimento e o empreendedor. Todavia, mais agentes emergem no cenário dos empreendimentos hidrelétricos no decorrer da história, trazidos à cena por diversos fatores, como sociais, econômicos, políticos, entre outros. Neste estudo o foco se dá nos dois principais agentes acima citados.

A forma de definição dos atingidos pela construção se alterou profundamente conforme o acontecimento no decurso histórico, de diversos fatores, principalmente relacionados com as formas dos processos de licenciamento e da compensação das perdas.

Segundo Costa e Silva (2009) é empírico associar a figura do atingido somente àquele que deverá ser realocado pelo alagamento de suas propriedades. Entretanto, “[...] obras de engenharia dessa magnitude têm reflexos muitos mais extensos que o seu local de instalação e os efeitos negativos um alcance bem maior do que simplesmente a área do reservatório”.

⁶ PCH - Pequena Central Hidrelétrica - é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja compreendida na faixa de 1 MW até 30 MW e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km².

⁷ UHE - Usina Hidrelétrica de Energia – é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30 MW e que possua reservatório maior que 3 km².

⁸ CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW, normalmente construída com barramento para a finalidade de desvio (sem a formação de reservatório) em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.

⁹ Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em 05/09/2016.

Chamada de conceito territorial-patrimonialista, tal forma de definição dos atingidos somente reconhece como atingidos – e detentores do direito indenizatório – os legítimos proprietários das terras alagadas e utilizadas na construção das obras civis. É a forma que mais tentam se filiar, durante os processos de construção e desapropriação das terras alagadas e necessárias ao restante da obra, os empreendedores - sejam estatais ou privados. Conforme descreve Vainer (2008, p. 41)

No Brasil, mas não apenas, por longo tempo, a implantação de grandes empreendimentos, em particular de projetos hidrelétricos, operou com o que se pode chamar de abordagem ou estratégia territorial-patrimonialista. [...] As empresas do Setor Elétrico limitavam-se a indenizar os proprietários das áreas a serem inundadas.

Nesse sistema, segundo o mesmo autor, não há qualquer atenção aos impactos sociais e ambientais, se reconhecendo que o empreendimento somente atinge o patrimônio dos legítimos proprietários das terras alagadas e utilizadas na construção, sendo assim um procedimento de cunho indenizatório exclusivamente patrimonial.

Após intensos anos de batalhas das populações atingidas e a conquista de alguns direitos, surge uma segunda definição do atingido, evoluída da territorial-patrimonialista. Esta reconhece também as pessoas que serão atingidas pelo alagamento e que não detenham o título de propriedade. Segundo Vainer (2008, p. 43), essa é a concepção hídrica, onde os atingidos – sejam os detentores de título proprietário, bem como aqueles que utilizam as terras a serem alagadas como posseiros, ocupantes ou meeiros – são classificados como inundados, percebendo estes o direito indenizatório.

Todavia, esta definição do atingido somente reconhece, mais uma vez, a compensação dos bens materiais daqueles que serão atingidos diretamente pelo empreendimento – parque de obras e alagado. Segundo o mesmo autor, esta forma de definição não estende seus estudos de impacto às regiões próximas ao empreendimento sem contato direto com este. Ainda, tal definição não consegue avaliar qualquer impacto de ordem extrapatrimonial, desconsiderando toda a cadeia de impactos gerados pela mudança na vida das pessoas atingidas pelo empreendimento hidrelétrico.

Percebe-se que as duas concepções citadas possuem seus focos de análise em questões puramente patrimoniais e, portanto, são incompletas, de modo que a análise dos impactos prioriza os direitos do empreendedor, em detrimento dos direitos dos atingidos. A mudança gerada pela obra de uma hidrelétrica altera toda a dinâmica da vida dos atingidos, sendo necessário “[...] entender a natureza do processo social deflagrado pelo

empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental”. Além das alterações patrimoniais, os atingidos deslocados terão de enfrentar um novo ambiente, com novas relações sociais e econômicas, interesses e problemas. (VAINER, 2008, p. 44-45)

A figura do empreendedor – aquele que constrói e opera o empreendimento hidrelétrico, também se alterou com o decurso histórico. Conforme observa Moraes (2013, p. 25) ao analisar as obras hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, percebe-se que, em relação à titularidade e responsabilidade pela construção das hidrelétricas e dos efeitos que a obra impõe nos atingidos, ocorre uma mudança deste papel que se encontrava na mão do Estado para os entes privados:

No caso da UHE Itá, o Estado, através da ELETROSUL era o empreendedor, até 1994 [...] A partir de 1994, a ELETROSUL junto com a Associação de Auto – Produtores Independentes constituíram o Consórcio Itá. Nas demais UHEs o empreendedor é um consórcio baseada nas Parcerias Público-Privadas (PPP) [...] O período correspondente às UHEs Itá e Machadinho compreendeu o fim do regime militar e início do processo de abertura do país. Já nas demais UHEs, o Brasil compreendia em processo de consolidação do regime democrático. Já nesse momento, o Estado assumiu a condição de parceiro da iniciativa privada na instalação de hidrelétricas. Tornando-se um fiscalizador desse processo e deixando os remanejamentos como responsabilidade do empreendedor responsável pela implantação da UHE.

Conforme se analisa abaixo, este processo de mudança da definição do empreendedor envolve o fator do neoliberalismo econômico que se adentrou no Brasil no final da década de 1980.

A figura do Estado weberiano¹⁰ elencada por Bianchi (2014), que fazia às vezes de empreendedor, regulador e fiscalizador do setor energético brasileiro se transmuta com as alterações desencadeadas pela avalanche neoliberal, para um agente regulador, fiscalizador e mediador, abrindo espaço para os empreendedores privados, determinando a alteração da detenção do poder sobre os empreendimentos de um agente para outro.

¹⁰ Conforme escreve Bianchi (2014, p. 100), a figura do Estado era para Weber uma relação de dominação dos homens sobre os próprios homens, “[...] relação esta que estaria apoiada no monopólio dos meios de coação legítima. A questão da legitimidade torna-se fundamental, já que apenas ela seria a garantia última da subsistência de uma associação política. A força e a violência são essenciais na vida política, segundo Weber. Essa afirmação da força e da violência como categorias irreduzíveis e autônomas da política aproximou o sociólogo alemão de Nicolau Maquiavel. Assim como o secretário florentino, Weber também considerava que a política se encontrava em uma relação tensa, senão antinômica, com os princípios de uma ética religiosa [...] uma interpretação ligeira dessa afirmação poderia levar a considerá-lo um rude Realpolitiker. Também Maquiavel recebeu, por razões muito parecidas, essa acusação, mas para ambos ela era injusta. Para o sociólogo alemão, de fato, o poder é vontade de potência, mas os sistemas de dominação nos quais o poder se afirma necessitam ser legítimos para serem duráveis. Não há dominação estável sem legitimação e, portanto, sem o reconhecimento daqueles que são dominados”.

2.2. TRANSFORMAÇÃO DO CENÁRIO PELO FENÔMENO DO NEOLIBERALISMO E A TRANSIÇÃO DO PODER DE CONTROLE SOBRE OS EMPRENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS

Como anteriormente mencionado, o cenário brasileiro das implantações de empreendimentos hidrelétricos foi permeado por extensas batalhas entre os empreendedores e as populações atingidas, juntamente com entidades defensoras dos direitos coletivos.

A história¹¹ do setor energético brasileiro se inicia na proclamação da República onde, de forma tímida, as primeiras companhias – em sua maioria de capital estrangeiro – instalaram as primeiras usinas e linhas de transmissão.

O cenário toma corpo, de fato, a partir do período do Estado Novo, onde o país implementou sua primeira política energética, impulsionada pelo início da industrialização nacional, onde “A política de industrialização e nacionalismo de Vargas atingiu em cheio o setor da energia, [...] pois o processo de industrialização brasileiro tinha na disponibilidade de energia um dos obstáculos a serem superados [...]” (MORAIS, 2013, p. 61-62)

Durante esta época, mais precisamente em 1934, o governo de Vargas promulga o Código de Águas – Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934 – que estabelece pela primeira vez um ordenamento jurídico para o uso das águas, bem como para a produção e fornecimento de energia elétrica. É a partir deste marco que pode ser vislumbrada a posição de que os recursos naturais pertenciam ao Estado e poderiam ser exploradas através de concessões.

Após o ano de 1964 eclode a fase onde o Estado, administrado pelos militares, interveio de forma direta e ativa sobre o setor energético, sendo que neste período foram criadas uma série de companhias estatais, como a CHESF, CEEE, CEMIG, Furnas, ELETROBRÁS, ELETROSUL, entre outras. Cumpre destacar que nesta época ocorreu o famoso período do milagre econômico que, aliado às crises do petróleo da década de 1970,

¹¹ Benincá (2011, p. 29-31) enumera em quatro as fases vivenciadas pelo setor: “Em linhas gerais, a história do setor energético brasileiro pode ser dividida em quatro períodos: (I) da Proclamação da República (1889) à Revolução de 1930 - quando a economia brasileira se caracterizava pela produção primário-exportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais; (II) de 1930 a 1945 - quando o país deu seus primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, o que ocorreu em função do início do processo de industrialização [...] (III) de 1945 ao final da década de 1980 - fase marcada pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético. [...] A quarta (IV) fase inicia-se na década de 1990 e se prolonga até nossos dias, quando se consubstancia o Plano Nacional de Energia Elétrica baseado na implantação de grandes hidrelétricas e se aprofunda o modelo neoliberal associado ao processo de privatização do setor elétrico”.

geraram alta demanda por energia, estimulando o governo a concretizar a maior quantidade possível de projetos energéticos. (MORAIS, 2013, p. 62-63)

Este modelo econômico adotado pelo regime militar previu o crescimento econômico do país através “(...) da modernização e expansão territorial, da territorialização das grandes indústrias (...) e da construção de grandes obras, como a rodovia transamazônica e as gigantes hidrelétricas Itaipu, Sobradinho e Tucuruí”. (ROTHMAN, 2008, p. 20-21)

Sob esta ideologia, os grandes investimentos em obras implementados pelos governos militares alavancaram, em grande parte, o crescimento da infraestrutura brasileira. O setor elétrico, neste cenário, passou por um processo de forte nacionalização e estatização, pautado num sistema de desenvolvimento energético nas variadas fontes disponíveis da época. (MORAIS, 2013, p. 11)

A transição da década de 1980¹² para a seguinte marcou uma nova problemática nas construções de empreendimentos hidrelétricos. A crise vivida nesta década, conhecida popularmente como a “década perdida”, trouxe severas consequências para a indústria estatal, com o advento das políticas neoliberais e a privatização dos grandes setores de serviços públicos.

Esta nova fase, em relação ao setor energético, compreendida no início na década de 1990 até a atualidade, iniciou-se com o Programa Nacional de Desestatização – PND¹³, onde o setor energético passou, gradativamente, ao controle de corporações transnacionais, tendo este programa de privatização se estendendo durante toda a década de 1990 até os dias atuais.

Neste sentido, descreve Werner (2010) que “[...] com a crise fiscal da década de 1980, que dá legitimidade aos ideais neoliberais de Estado Mínimo, levam a uma modificação na relação entre Estado e economia”. O Estado, nas palavras da autora, saiu de uma postura intervencionista para se tornar regulador das atividades econômicas, cedendo o seu poder às corporações privadas, o que levou a um favorecimento da economia de mercado.

Segundo Gonçalves Júnior (2007, p. 27) a transição do cenário “estatista militar” para o “neoliberal privatista” ocasionou também a transição do poder sobre os

¹² Conforme escreve Zhouri (2005b) “[...] os anos 80 foram marcados pela emergência de inúmeros movimentos sociais reivindicatórios de uma série de direitos – moradia, transporte, educação, saneamento, meio ambiente, etc. Tinham como contrapartida o Estado (ZHOURI, 1996). Na década de 90, no entanto, registra-se um retraimento do Estado, dentro da opção por uma modernização conservadora e uma transferência de atribuições à chamada ‘sociedade civil’ através da emergência da figura do Terceiro Setor (DAGNINO, 2004)”.

¹³ Lei n° 8.031/1990.

empreendimentos do Estado para as mãos dos concessionários, onde “[...] os ramos de infraestrutura no Brasil estão sendo reformados segundo a pauta dos princípios e diretrizes da *vaga neoliberal*”, sendo que o setor de produção e distribuição de energia elétrica é o que tem se destacado no que tange aos impactos sociais e econômicos advindos da mudança de cenário acima citada.

Locatelli (2015, p. 19-20), ao analisar sobre comunicação e barragens, descreve os agentes envolvidos e elucida com clareza onde atualmente se encontra a maior concentração do poder sobre todo o processo de construção dos empreendimentos hidrelétricos. Apesar de terem seus papéis definidos

[...] as organizações do Estado se comportam de forma heterogênea em suas dimensões federal, estadual e municipal. Sem qualquer poder sobre o processo, os governos e as assembleias legislativas estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores tendem preferencialmente - a despeito de vozes contrárias, sobretudo nos legislativos - a comportar-se como atores preocupados em canalizar demandas ao governo federal e ao concessionário, de modo a obterem o maior benefício possível para grupos específicos de seus estados e municípios em troca do apoio à obra.

Já do lado empreendedor, assevera que, apesar de estarem envolvidos no processo de construção alguns segmentos empresariais (como fornecedores de insumo, mão-de-obra, entre outros), “[...] destaca-se o concessionário - seja ente público, estatal ou privado - detentor da concessão pública, responsável pela implantação da barragem, pelo remanejamento da população atingida e pelas compensações ambientais e aos municípios, entre outras atribuições legais” (LOCATELLI, 2015, p. 19-20).

Gerhardt (2014, p. 61-62), ao analisar a produção de argumentos e justificações dos agentes relacionados aos grandes projetos de desenvolvimento – GPD – em uma esfera de macroética¹⁴, enfatiza que a figura do Estado tem, atualmente, forte associação como um agente mediador e garantidor para a efetivação destes grandes projetos:

[...] Tanto remoções de bairros populares em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre por conta de megaeventos, como a expulsão de ribeirinhos em Rondônia devido à construção de hidrelétricas no Rio Madeira não ocorreriam sem a atuação do Poder Executivo [...] A expulsão de moradores de bairros populares para construção de condomínios de luxo em grandes cidades ou de camponeses pela grilagem de terras na Amazônia conta não com a omissão do Estado, mas sua atuação seletiva na construção das oportunidades para a espoliação.

¹⁴ Gerhardt (2014, p. 59) elenca que “[...] a macroética demarcaria a esfera do universal, isto é, do lugar da produção do que é universalizável, compondo a fixação dos valores de uma “sociedade mundial” em busca de uma ética planetária”.

Neste sentido, o autor assevera que o Estado, através do seu poder de dominação¹⁵, cria as condições técnicas, legais, burocráticas, financeiras, econômicas e sociais para realizar atos de expropriações e remoções, ou seja, o aparelho Estatal ainda é um agente ativo nos processos ora analisados, mesmo que as obras de grande envergadura possam ser feitas pela iniciativa privada, cabe aos aparelhos estatais a participação na execução destes eventos como parceiros e garantidores do regular andamento destas obras, por via de ações indiretas ao empreendimento em si, como a construção de outras obras de infraestrutura necessárias, concessão de apoios financeiros (via BNDES, por exemplo), gerenciar e garantir a segurança pública das obras nos casos de manifestações contrárias, produzir e/ou alterar a legislação pertinente para facilitar os ritos e os trâmites administrativos, bem como “[...] inviabilizar, via judicialização, o reconhecimento de direitos e a legitimidade de concepções de justiça que fogem ao caráter universalizante ditado pela norma jurídica”. (GERHARDT, 2014, p. 61-62)

Neste sentido escreve Zhouri (2008, p. 98) que as políticas públicas atuais, calcadas nos ideais neoliberais de desenvolvimento, alteraram o arranjo do cenário entre meio ambiente e desenvolvimento, onde o primeiro é fortemente apresentado à sociedade como uma barreira ao segundo. Isto se dá, principalmente, pela “[...] incongruência entre os avanços no que concerne aos arranjos institucionais, normas e leis do país em torno da questão ambiental e do atraso relativo à esfera das suas implementações”. Há, segundo a autora, um descompasso das políticas econômicas atuais, que estão fortemente baseadas na crença do desenvolvimento como real fator de crescimento econômico¹⁶.

3. OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO NEOLIBERALISTA SOBRE A SOCIEDADE, CENÁRIO E OS AGENTES ENVOLVIDOS NOS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS

As obras de barragens hidrelétricas não estão isentas de impactos ambientais e sociais. Segundo Francisco (2011) “A inundação de áreas para a construção de barragens gera problemas de realocação das populações ribeirinhas, comunidades indígenas e pequenos

¹⁵ O autor utiliza o conceito da *acumulação por espoliação* contido em Harvey (2004, p. 121): “O Estado, gozando do seu monopólio da violência legítima, tem importante atuação no desenrolar dos grandes projetos de desenvolvimento, havendo evidências concretas que o sistema capitalista depende de maneira essencial da atuação Estatal para continuar prosperando”.

¹⁶ A autora assevera também (2008, p. 98) que “Além das peculiaridades do contexto nacional, contudo, faz-se necessário compreender essa dinâmica conflituosa do ponto de vista da inserção do país na economia mundial e nos ideais de governança global em vigor”.

agricultores”. Ainda, pondera o autor que ocorrem impactos de ordem ambiental, quando da ocorrência do “[...] represamento da água para a formação de imensos lagos artificiais [...]”.

Este processo de deslocamento dos habitantes atingidos pelo empreendimento parece, aos olhos desatentos, ato de baixa complexidade. A realidade é diferente e tal processo é extremamente complexo, envolvendo questões financeiras, pessoais e culturais.

Conforme assevera Zhouri *et. al.* (2005a) o processo de modernização do País, com a sua conseqüente inserção no processo contemporâneo de globalização econômica, ocorre através de uma visão hegemônica, calcada no jargão do desenvolvimento e progresso.

Estas obras hidrelétricas atingem comunidades rurais, onde seus habitantes são destituídos do meio ambiente onde asseguraram, através de várias gerações, a manutenção e a reprodução de seus modos de vida. Assim, as autoras apontam que os empreendimentos hidrelétricos são fontes de injustiças ambientais, “[...] uma vez que os custos dos impactos socioambientais recaem sobre as comunidades atingidas, sem que elas sejam, de fato, consideradas sujeitos ativos no processo de decisão acerca dos significados, destinos e usos dos recursos naturais ali existentes” (ZHOURI, *et. al.*, 2005a, p. 2).

Em relação aos impactos gerais na sociedade brasileira, destaca Gonçalves Júnior (2007, p. 27-28) que a reestruturação para o sistema privado do setor de eletricidade gera uma variedade de conseqüências potencialmente danosas, destacando-se as seguintes: aumento do preço da energia elétrica de forma descontrolada, vinculando o preço do produto à variação cambial e em desacordo com as taxas inflacionárias, gerando prejuízo, principalmente, para o consumidor final residencial; maior possibilidade de ocorrência dos apagões e do racionamento, em virtude da incapacidade do Estado e da sociedade de controlar a oferta de energia e a expansão da matriz energética, ocasionando a instalação de uma ameaça permanente de falta do produto à sociedade brasileira; mudança da matriz energia elétrica para a geração em fontes térmicas, ocasionando aumentos significativos no valor da energia gerada; considerável redução de postos de trabalho, intensificação da carga de serviço e redução dos salários dos trabalhadores do setor pela maximização da eficiência e do lucro.

Quanto ao cenário e os agentes – principalmente os atingidos – em relação aos empreendimentos hidrelétricos e as corporações privadas que os constroem, assevera Carvalho *apud* Werner (2010) que a atual política energética possui didática totalmente voltada para o lucro dos agentes privados e especificamente para o setor privado não há mecanismos coercitivos de avaliação dos custos socioambientais referentes às suas atividades.

A Eletrobrás, no cenário de transição neoliberal e privatista, tomou rumo de mera empresa pública, “[...] abandonado o compromisso firmado em fins da década de 1980 em relação a necessidade de rever políticas e resgatar a dívida com a sociedade brasileira” (WERNER, 2010). Foram criadas, durante os governos dos últimos 20 anos, em substituição às funções da Eletrobrás e de outras agências governamentais, a ANEEL, agência de regulação do setor elétrico, a ONS – Operador Nacional do Sistema, agência que opera o sistema de distribuição de energia elétrica em caráter primário e, por último, a EPE – Empresa de Pesquisa Energética, com o intuito de promover a pesquisa no ramo energético aliado aos programas de desenvolvimento econômico do país. (WERNER, 2010)

Ainda, a autora vislumbra a incapacidade da ANEEL em lidar com as questões socioambientais e a ausência de responsabilidade da EPE no assunto. Assim, as sofridas conquistas dos movimentos de atingidos das décadas passadas, contrários ao autoritarismo governamental, agora encontram resistência na sede lucrativa dos grupos privados, bem como no caráter condescendente dos organismos estatais vinculados à questão.

Tal situação fica mais evidente quando visualizada no caso concreto regional, como revela a pesquisa de Baron (2012). O referido autor, analisando os processos de licenciamento das usinas de Itá e Foz do Chapecó, ambas construídas na calha do Rio Uruguai, passaram por fases distintas, sendo que a primeira teve seus estudos e início de implantação conduzidas pelo ente estatal (ELETROSUL) e a segunda teve todo o empreendimento realizado pelo ente privado.

A Usina de Itá, localizada no Rio Uruguai na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atingiu terras de onze municípios, alagando a área de 103 km², atingido aproximadamente quatro mil famílias e teve o início de sua construção no final da década de 1980, exatamente no início do período da transição neoliberal. Todavia, os estudos de implantação e o início da obra foram executados, ainda, por uma estatal – a ELETROSUL, sendo que a partir de 1995 até a conclusão da obra, em 1999, ocorreu a privatização do empreendimento. (BARON, 2012, p. 56)

Conforme os dados apresentados pelo empreendedor, a UHE Foz do Chapecó, construída também no Rio Uruguai, é assentada nos Municípios de Águas de Chapecó (Santa Catarina) e Alpestre (Rio Grande do Sul), tendo 598 m de extensão e 48 m de altura. Possui potencial de geração nominal de 855 MWh (potência média assegurada de 432 MWh). O reservatório ocupa uma área de 79,2 km², dos quais 40 km² correspondem à própria calha do

rio, sendo que 39,2 km² foram inundados para a formação do lago. Conforme destaca a empresa, a baixa quantidade de área alagada torna “[...] a Foz do Chapecó uma das usinas com menor coeficiente área alagada/potência instalada do País”¹⁷. Descreve BARON (2012, p. 57) que as lutas dos atingidos em Itá tiveram maior força se comparadas à Foz do Chapecó, sendo “[...] Caracterizadas pelo momento histórico, com a democratização do país, pela situação agrícola, do apego maior à terra e, principalmente a forte presença da igreja na organização de base dos atingidos”.

Ainda, relata o autor que as diferentes estratégias utilizadas pelos concessionários nos dois modelos de obras (público x privado) introduziu uma nova lógica em relação os atingidos e a opinião pública regional, onde o Estudo de Impacto Ambiental da UHE Foz do Chapecó, aparenta ares propagandistas em relação ao empreendimento, havendo nele falhas graves, evidenciando que os empreendimentos realizados pelo setor privado, em comparação com aqueles realizados pelo ente estatal, são “arenas do hidronegócio”, tornando explícita a minimização dos impactos e a maximização dos benefícios, servindo o estudo como uma forma de “[...] propaganda ou de justificativa do empreendimento e não aponta os reais impactos que o empreendimento poderá causar”. (BARON, 2012, p. 58-60)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade e seus atores brindaram a humanidade com o controle sobre a energia elétrica, tornando-a um bem indispensável na vida contemporânea. As noites se tornaram vivas, bem como os aparelhos movidos pela eletricidade tornam a caminhada humana na Terra mais confortável, o que em contrapartida estabeleceu um complexo quadro de dependência das sociedades por formas de manter a oferta estável.

As obras para geração de eletricidade em larga escala também possuem largas dimensões, o que afeta na mesma proporção o ambiente onde são implantadas. No caso das hidrelétricas, sempre envolverá um rio, onde normalmente suas margens são povoadas. Assim, pela necessidade de deslocamento das pessoas atingidas pela obra, costuma-se envolver neste cenário dois agentes, ou seja, os atingidos e o empreendedor, que ao longo da história foi representado por diferentes grupos sociais.

¹⁷ Disponível em: <http://www.fozdochapeco.com.br/localizacao.html>. Acesso em 11 jan. 2016.

A mudança da figura do empreendedor está intimamente ligada com a transição para o sistema neoliberalista na década de 1980 para a seguinte que, principalmente através do PND, a matriz energética elétrica nacional foi transferida de forma gradativa das mãos do Estado para as corporações transnacionais.

Assim, o Estado perde sua postura intervencionista e se torna um mero regulador das atividades econômicas, cedendo o seu poder às corporações privadas.

Esta transição neoliberal não é isenta de perigos, eis que já se pôde notar uma série de desvantagens para a sociedade, como o aumento do preço da energia elétrica de forma descontrolada, maior possibilidade de ocorrência dos apagões e racionamento, redução de postos de trabalho do setor pela maximização da eficiência e do lucro, entre outros.

Quanto a luta dos atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos, ainda é tão presente em relação às das décadas passadas, principalmente para garantir o cumprimento e o aperfeiçoamento da legislação aplicada à questão e atingir uma melhor justiça social e ambiental nos empreendimentos hidrelétricos.

A transição do poder na atual política energética dos agentes privados, baseada na ideia de maximização do lucro, fazem as conquistas dos movimentos dos atingidos das décadas passadas – contrários ao autoritarismo governamental – encontrar agora nova resistência, principalmente na sede lucrativa dos grupos privados e no caráter condescendente dos organismos estatais vinculados à questão.

Todavia, cria-se uma *necessidade* de construir grandes obras geradoras de energia, que é atualmente “vendida” pelo Estado ao seu povo tendo como *slogan* o ideal do desenvolvimento e do processo de modernização do País, bem como pela sua inserção no cenário de globalização econômica.

Fica evidente que as estratégias utilizadas pelos agentes nos dois modelos de obras – público *versus* privado – colocou uma nova sistemática sobre os atingidos e a opinião pública regional, onde o atual empreendedor privado tenta construir um cenário positivo e propagandista em relação ao empreendimento, transformando o cenário em uma arena do hidronegócio, através da minimização dos impactos da obra e a maximização dos possíveis benefícios.

5. REFERÊNCIAS

BARON, S. **UHE Foz do Chapecó: Estratégias, conflitos e o desenvolvimento regional**. 2012. 117p. Dissertação de mestrado. Chapecó: Unochapecó. Disponível em: <http://www.unochapeco.edu.br/mestradopolicas/publicacoes-cientificas/detalhes/193784>. Acesso em 14 jan. 2016.

BENINCÁ, D. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. Cortez, São Paulo, 2011.

BIANCHI, A. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova**. São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a04n92.pdf>. Acesso em 12 jan. 2016.

COSTA E SILVA, L. O conceito de 'Atingido por barragem'. **Portal do meio ambiente**. Niterói, set. 2009. Disponível em: <http://www.portaldomeioambiente.org.br/artigos/2468-o-conceito-de-atingido-por-barragem>. Acesso em 12 jan. 2016.

FRANCISCO, W. C. Energia Hidrelétrica. **Brasil Escola**. 2011. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/energia-hidreletrica.htm>. Acesso em 12 jan. 2016.

DE MORAIS, J. A. **O processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por usinas hidrelétricas**. 2013. 159p. Dissertação de mestrado. Pelotas: Ufpel. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1553>. Acesso em 13 jan. 2016.

GERHARDT, C. Grandes Projetos de Desenvolvimento e a Produção Estrutural da Insustentável Desigualdade Ambiental: Das Macroóéticas E Suas Justificações Às “Entidades-Satélite”. **Ruris**. São Paulo, set. 2014. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/issue/view/113>. Acesso em 15 jan. 2016.

GONÇALVES, D. Jr. **Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas 'Fontes' e o Controle dos Excedentes**. 2007. 416 p. Tese de Doutorado em Energia. São Paulo: USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-21052008-104515/pt-br.php>. Acesso em 14 jan. 2016.

ROCHA, H. **Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai**. 2012. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000862064>. Acesso em 14 jan. 2016.

ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas** – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008. 328 p.

VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas Alagadas conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa, MG: ED. UFV, 2008, p. 39-63.

WERNER, D. Dilemas Socioambientais das Regiões Atingidas por Barragens: O Caso da UHE Santo Antônio. In: **ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT17-297-214-20100902163440.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: **ANAIS DO XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**. Belo Horizonte, 2005a. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=699&Itemid=171. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano**. Palestra proferida na mesa redonda “Sujeitos Sociais e Espaço Urbano: Questões e Contribuições para a Psicologia Social”, durante o XIII Encontro Nacional da ABRAPSO. 2005b. Disponível em: http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/documenta17_artigo4%20%20Andrea%20Zhourri.pdf. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23 n. 68, p. 97-164, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.